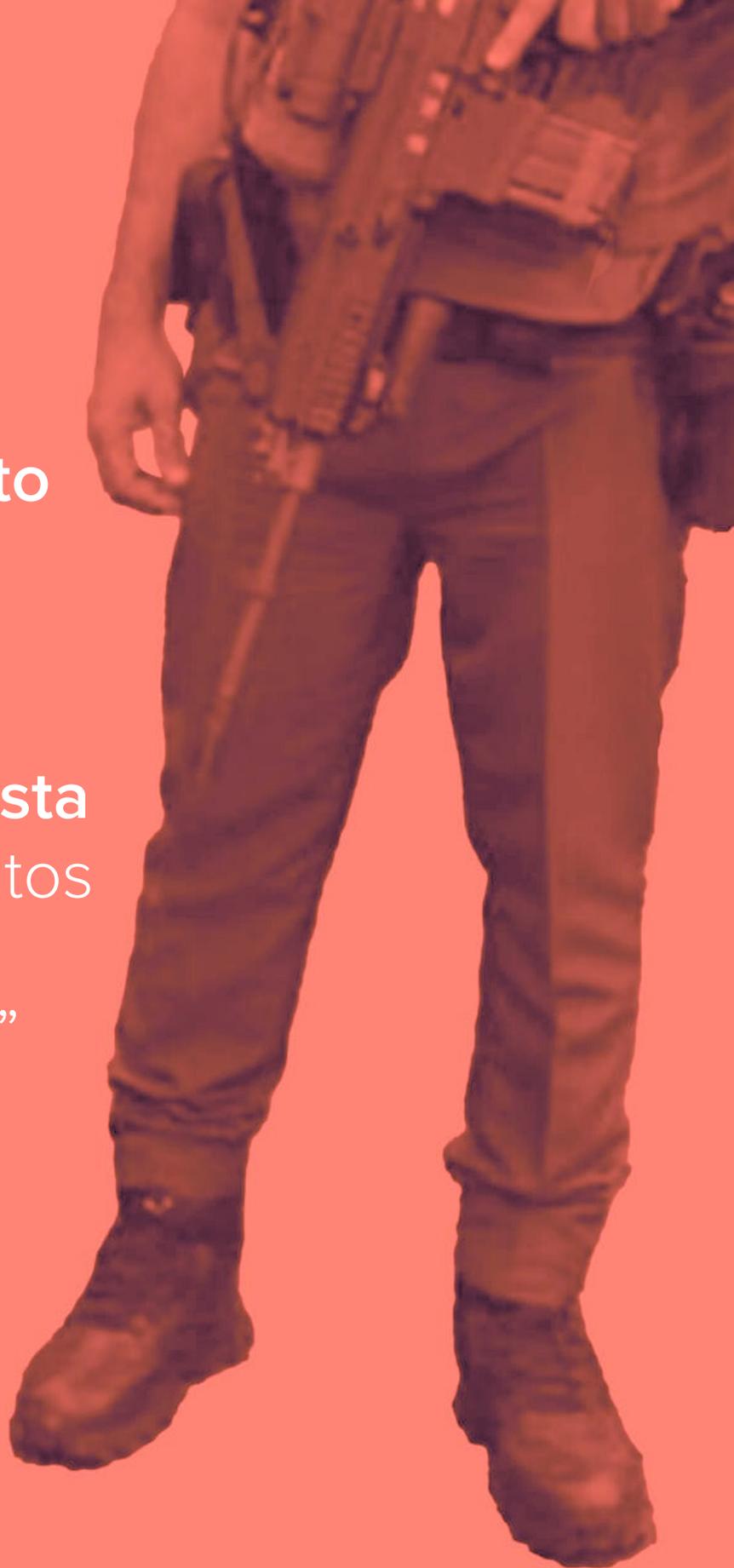


III Relatório de Monitoramento de Violação de Direitos Humanos na Baixada Santista Desdobramentos da “Operação Escudo/Verão”



Centro de Antropologia e Arqueologia Forense
CAAF|Unifesp
Pesquisa e formação em direitos humanos





III Relatório de
**Monitoramento
de Violação
de Direitos
Humanos na
Baixada Santista**
Desdobramentos
da “Operação
Escudo/Verão”

Sumário

Apresentação	4
1. Incursão Policial - Morte de Ryan e Gregory.....	5
2. Violação do direito ao luto e intimidação de vítimas e testemunhas	7
3. Abordagens violentas - Uso de COPs	10
4. Pedidos de informações e providências	13

Apresentação

Em 05 de novembro a polícia militar do Estado de São Paulo executou Ryan da Silva Andrade Santos, 04 anos, e Gregory Ribeiro Vasconcelos, 17 anos, além de ferir um adolescente, 15 anos, e uma jovem, 24 anos, no Morro do São Bento na cidade de Santos - São Paulo. A região tem sido alvo de operações policiais com altos índices de letalidade, como a Operação Verão e Escudo.

No 07 de novembro de 2024, um coletivo de organizações e movimentos, liderados pela Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo, realizou missão para a cidade de Santos, a fim de prestar solidariedade aos familiares e vítimas da ação policial, bem como identificar e documentar violações de direitos humanos praticadas pelo Estado.

Este relatório, construído coletivamente por organizações da sociedade civil, movimentos de defesa dos direitos humanos e a ouvidoria, é resultado de uma terceira missão realizada na Baixada Santista e sistematiza as denúncias e violações de direitos humanos identificados a partir da vivência in loco e da escuta de familiares e amigos de vítimas e testemunhas.

O primeiro relatório foi elaborado após missão realizada em 11 de fevereiro, domingo de carnaval, ocasião em que realizou a escuta de familiares e testemunhas relativas a oito casos de violações de direitos humanos e uso abusivo da força ocorridos no contexto da denominada “Operação Escudo”, nas cidades de Santos, São Vicente e Itanhaém¹. A Operação Escudo teve início 27 de julho de 2023², após a morte de um soldado da Rota, Patrick Bastos Reis. Com a justificativa de identificar e prender os responsáveis, institucionalizando as chamadas “operações vingança”, a Secretaria de Segurança Pública deslocou tropas especiais da Polícia Militar para a Baixada Santista. Em um mês, ao menos 28 pessoas foram mortas pela ação policial.

O segundo relatório³ foi produzido como resultado de missão realizada em março de 2024, no contexto da segunda etapa da operação Escudo (denominada pelo governo como Operação Verão). Assim como na primeira fase, a operação foi desencadeada em reação à morte de um policial, o militar também da Rota, Samuel Wesley Cosmo. Marcada por denúncias de execução sumária, tortura, obstrução proposital das câmeras corporais, fraude processual com alteração de local de crime, dentre outros, a operação policial resultou em ao menos 56 pessoas mortas, dentre elas, Edneia Fernandes Silva, mãe de seis crianças, vítima de “bala perdida” em uma praça de Santos e Leonel Andrade Santos, pessoa com mobilidade reduzida, pai da criança Ryan, morto na última quarta-feira, dia 05 de novembro.

Esta terceira missão contou com a presença de Claudio Silva, Ouvidor das Polícias do Estado de São Paulo e das parlamentares Debora Camilo, vereadora de Santos, Paula Nunes da Bancada Feminista e Ediane Maria, deputadas estaduais e com representante do mandato do deputado estadual Eduardo Suplicy. Pela sociedade civil estiveram presentes representantes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Fórum em Defesa da Vida, Instituto Sou da Paz, Instituto Vladimir Herzog, Rede de Proteção e Resistência Contra o Genocídio, Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (CDHEP), Comissão Arns, Conectas Direitos Humanos, Movimento Independente Mães de Maio, Associação AMPARAR, Instituto Probono, Comissão de Segurança Pública da OAB/SP e Justiça Global. Posteriormente, somaram-se a essa iniciativa as seguintes organizações: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense CAAF/UNIFESP, Sindicato dos Advogados e Advogadas do Estado de São Paulo, Grupo Tortura Nunca Mais – São Paulo, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – São Paulo e o Observatório do Trauma Psicopolítico (USP/UNIFESP).

1. Relatório disponível em: <https://vladimirherzog.org/wp-content/uploads/2024/02/direitos-humanos-baixada-santista-IMPrensa.pdf>
2. Secretaria de Segurança Pública, 07 de fevereiro de 2024, transferência do Gabinete da SSP para Santos. E expansão da operação, <https://www.ssp.sp.gov.br/noticia/56753>
3. Relatório disponível em: https://comissaoarns.org/documents/117/Segundo_Relatorio_de_Monitoramento_de_Violacao_de_Direitos_Humanos_na_Baixada.pdf

1. Incursão Policial - Morte de Ryan e Gregory

No dia 05 de novembro, por volta das 20h30, uma excursão da Polícia Militar no Morro do São Bento, Santos/SP resultou na morte de 2 pessoas e deixou 2 outras feridas.

O Boletim Ocorrência apresenta a versão policial. Foi inicialmente elaborado sem mencionar o falecimento de Ryan e retificado duas vezes na mesma data, 06 de novembro. Segundo a polícia, três viaturas da ROCAM estavam em deslocamento quando se depararam com 10 indivíduos, sendo 4 de motocicletas. Os policiais desembarcaram das viaturas e perseguiram os adolescentes a pé, até uma área “conhecido ponto de drogas”, onde houve troca de tiros. Diante do confronto, demandam apoio de uma viatura ao local. Segundo consta no BO, 3 motocicletas foram apreendidas, 2 indivíduos encaminhados para serviços de saúde - Gregory, de 17 anos, faleceu e outro adolescente foi apreendido e encaminhado a atendimento médico onde permaneceu com escolta até a liberação médica. Os demais indivíduos fugiram pela mata.

A morte de Ryan foi introduzida na segunda e terceira revisão do Boletim de Ocorrência. Segundo a terceira revisão do BO “a impossibilidade de perícia pois não havia o local preciso onde recorreu o evento, não sendo possível a priori traçar correlação dos acontecimentos”.

Também não há no documento menção de uso de Câmeras Corporais pelos agentes que participaram das incursões. A versão de pessoas que presenciaram os fatos é, contudo, bastante distinta. A missão ouviu diretamente testemunhas, dentre elas, crianças e adolescentes presentes no local dos fatos. Segundo elas, dois policiais chegaram ao local, fardados, em um veículo branco descaracterizado.

Ryan, de 4 anos, estava na rua brincando de bola com seu irmão, sua irmã e outras dez crianças. Os policiais teriam esperado os adolescentes passarem de moto pela rua e, então, iniciado os disparos, executando Gregory com 11 tiros. Não houve troca de tiros. Segundo relatos, os adolescentes foram alvejados pelas costas e não estavam armados. Após executarem e ferirem os adolescentes, os policiais seguiram atirando para cima e para os lados. Um desses tiros atingiu Ryan no abdômen. Uma jovem de 24 anos, vizinha de Ryan, foi atingida por um tiro de raspão. Ao ouvir os disparos, a jovem teria ido à porta chamar as crianças para se proteger quando foi atingida por um tiro de raspão. As paredes da casa ficaram marcadas por tiros e sangue⁴.

Segundo testemunhas, Ryan não estava na mesma direção dos adolescentes, não teria como ter sido alvejado em eventual troca de tiros e pela “bala perdida”, como consta na versão policial. As crianças contaram que se sentiam culpadas por não terem conseguido proteger e orientar Ryan a se jogar no chão, “no meio do mato”, “porque é assim que a gente faz quando tem tiroteio”. Contaram ainda que sentiram os disparos passando próximo à elas.

Após os adolescentes e Ryan terem sido alvejados, chegaram reforços da ROCAM e viatura da Força Tática. O carro branco já não estava no local.

4. [PM baleou jovens pelas costas, diz ferida em Santos \(SP\) - 06/11/2024 - Cotidiano - Folha](#)

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) informou que a Delegacia Seccional de Santos instaurou um inquérito para apurar os fatos e determinou a realização de perícia nas armas apreendidas e no local do confronto para esclarecer a origem do disparo que atingiu a criança.

O Porta Voz da Polícia Militar, Emerson Massera, em coletiva de imprensa, assumiu que o tiro que atingiu Ryan “provavelmente foi disparado pela Polícia Militar”⁵. Ele ainda afirmou que os policiais envolvidos na ocorrência foram afastados para atendimento psicológico, antecipando que não são culpados pelas mortes, mas, sim, vítimas desta ocorrência e que assim serão tratados. Citaram ainda que há imagens do adolescente morto, em rede social, com armas em punho, mas, em momento algum, afirma haver investigação sobre este fato.

5. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/11/06/tiro-que-matou-crianca-de-4-anos-em-santos-partiu-provavelmente-de-uma-arma-da-pm-diz-coronel.ghtml>

2. Violação do direito ao luto e intimidação de vítimas e testemunhas

No dia 07 de novembro, policiais militares ostentando armamento de longo calibre, acompanharam a pé, em motos e em viaturas, o velório, o cortejo fúnebre e o sepultamento de Ryan.

Durante o velório, realizado na Santa Casa de Santos, viaturas da Polícia Militar rodearam o local, momentos antes do cortejo fúnebre. Uma delas estacionou no canteiro central da avenida em frente ao velório, sinalizando que não deixaria o cortejo fúnebre seguir o trajeto desejado: subir o Morro do São Bento e ir em direção ao Cemitério. Familiares do menino, crianças e adolescentes e moradores do Morro do São Bento, muitos destes vítimas e testemunhas dos fatos ocorridos no dia 05, relataram incômodo e intimidação com a presença da corporação.

Em diálogo com o Ouvidor de Polícia e representantes das organizações da missão, agentes policiais disseram estar “organizando o trânsito” para permitir o cortejo, mas que não haveria impedimento para a realização.

A missão ouviu um Policial Militar dizer a um adolescente que educadamente pediu respeito ao momento de luto da família, que ele deveria respeitar as autoridades policiais presentes e que “sabia bem qual seria o (seu) destino”, apontando para o cemitério.

Como é tradicional na região da Baixada Santista, o velório foi seguido por uma procissão de carros e motos pelas ruas do morro do São Bento, local de residência da vítima, até o cemitério. A tristeza e revolta dos moradores com os fatos era visível, muitas pessoas saíram de suas casas e estabelecimentos, com olhos marejados, em respeito e solidariedade a Ryan e sua família. Alunos, professores e funcionários da Escola Estadual Deputado Emílio Justo se colocaram em frente ao colégio, muito emocionados.

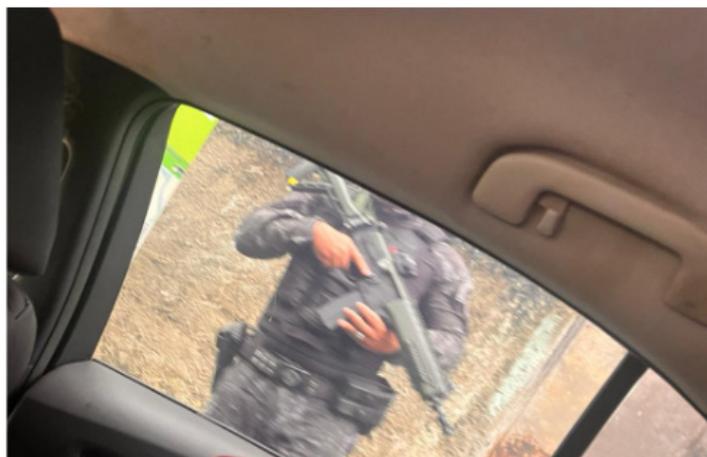
Durante esse trajeto dos carros pelo Morro do São Bento, também houveram interrupções. A cerimônia de luto coletivo foi violada por duas viaturas policiais. Uma viatura do Batalhão de Choque se colocou à frente do Cortejo, impedindo sua passagem em alguns trechos, em meio a ofensas entre moradores e policiais. Alguns motociclistas que acompanhavam o cortejo relataram que os policiais disseram “deixe a moto em casa e venha trocar tiros conosco”.



Documentação/fotografia realizada por integrantes da Missão da Baixada Santista

Imagem 1: Força Tática tenta impedir o cortejo

Uma outra viatura atravessou o cortejo, separando o carro fúnebre dos carros que levam familiares da vítima e testemunhas. Em parte do trajeto, próximo de onde Ryan foi atingido, policiais desceram das viaturas, empunharam armas de fuzil e aguardaram a passagem dos carros.



Documentação/fotografia realizada por integrantes da Missão da Baixada Santista

**Imagem 2 e 3:** Policiais com armamento longo ameaçando o cortejo.

Em outro momento, enquanto a homenagem a Ryan acontecia no Morro do São Bento, a equipe que compõe a missão de Direitos Humanos e acompanhava o cortejo de dentro de uma Van, viu cerca de quatro policiais com armas longas em punho, a pé, caminhando por dentro das vielas da favela, perto de onde passava os carros do cortejo.

Uma matéria veiculada pela imprensa dá conta que um dos policiais apontou uma arma em direção à fotógrafa do jornal O Globo e disse: “Toma cuidado”⁶.

A Polícia Militar seguiu presente no Cemitério. Duas viaturas estavam estacionadas dentro do local, enquanto outras faziam rondas no perímetro.



Documentação/fotografia realizada por integrantes da Missão da Baixada Santista

Imagem 4: Efetivo de viaturas policiais circulando no perímetro do cortejo/enterro.

Testemunhas, vítimas e seus familiares relataram terem se sentido ameaçadas e intimidadas pela presença da polícia, que agiu de forma ostensiva e violenta, mesmo diante da imprensa, ouvidoria de polícia, de deputadas e representantes da sociedade civil organizada. Muitas estão com medo de retornar às suas casas com receio de retaliação.

Durante o velório e sepultamento, a jovem que levou o tiro de raspão teve sua casa vasculhada e os pertences revirados por policiais militares⁷. Ela afirma, ainda, que os policiais teriam agredido o cunhado dela.

Ao final do velório, em diálogo com representantes desta missão, policiais militares afirmaram que há procedimento apuratório sobre a morte do Ryan aberto pela corporação policial militar e pela polícia civil e pediu auxílio da comissão para acessar familiares das vítimas e testemunhas para depor no Batalhão de polícia.

A missão não pode acompanhar o sepultamento do adolescente Gregory. Segundo os relatos, não foi possível realizar o velório do rapaz em razão do estado do corpo, alvejado com diversos tiros de arma de alto calibre. A família tão pouco pode realizar o cortejo. Segundo informado, a cerimônia não tem sido permitida pela polícia em casos de morte em confronto policial.

6. Disponível em: [PMs provocam tensão e comparecem a velório de criança morta em operação, em Santos; vídeo](#)

7. Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/durante-enterro-de-ryan-pm-de-sp-vasculha-casa-de-baleada-em-acao>

3. Abordagens violentas - Uso de COPs

Em frente ao cemitério, ao final do sepultamento, já durante a dispersão das pessoas, por volta das 09h30, havia uma coletiva de imprensa, quando membros da missão presenciaram uma abordagem violenta de dois grupamentos da Polícia Militar a um motociclista, a poucos metros. Nessa abordagem, havia um grupo de policiais com câmeras e outro sem o equipamento. A coletiva de imprensa da missão das entidades de Direitos Humanos foi interrompida pela truculência da abordagem policial.

Esse motociclista passava em frente ao cemitério, quando foi abordado por estar sem placa na moto. Ao ser parado, levou um tapa na nuca “para acordar”, segundo um policial. A vítima da abordagem truculenta dizia aos policiais que estava trabalhando desde das 05h da manhã, e que estava acordado. O rapaz contou que a placa havia caído no dia anterior, mas estava com ela na mochila e foi liberado após ter sua documentação verificada. Ele repetia aos policiais “não precisa bater na cabeça, não precisa me abordar desse jeito”. Durante toda a abordagem os policiais militares estavam com o armamento longo em punho.



Imagem 5, 6 e 7: Policiais que realizaram a abordagem com o armamento em punho e filmando o grupo que realizava a missão de Direitos Humanos.

A abordagem ensejou questionamentos por parte dos integrantes desta missão. Interpelado sobre o motivo da abordagem e do porquê abordar em frente ao cemitério que ocorria o sepultamento de uma criança assassinada pela PM, o policial disse em tom irônico: “Bom dia, meus pêsames aê a família”. Os policiais acusaram os integrantes da missão de estarem gerando “tumulto”, e chegaram a empurrar a deputada estadual Paula Nunes e o Ouvidor das Polícias, demandando que estes e o grupo se afastassem dos fatos. Logo quando o grupo se aproximou da abordagem, o terceiro policial que estava próximo a viatura adentrou o veículo e retirou a sua arma.



Documentação/fotografia realizada por integrantes da Missão da Baixada Santista

Imagem 8: Policial da força tática retira seu armamento longo. Ao lado direito da imagem estavam localizadas duas ROCAM.



Foto: Jerriffer Mendonça/Ponte Jornalismo

Imagem 9: PM. S. Fernandes, sem câmera corporal, empurra o ouvidor para que o grupo se afaste.

Haviam dois grupos de policiais presentes, um que portava câmeras corporais e outro sem câmeras. No início da discussão, um dos policiais sem câmeras começou a gravar a ocorrência com seu celular e justificou que a Polícia Militar usa os aparelhos pessoais para rodar aplicativos de reconhecimento e para realizar registros. Disse ainda, que o policiamento de Santos não conta com câmeras corporais disponíveis.



Documentação/fotografia realizada por integrantes da Missão da Baixada Santista



Foto: Jeniffer Mendonça/Ponte Jornalismo

Imagem 10 e 11: Policiais coagindo deputada estadual a se afastar da ocorrência.

Em menos de dez minutos, enquanto a abordagem e os questionamentos ocorriam, além da primeira viatura que realizou a abordagem, duas viaturas da Força Tática chegaram ao local, junto a outras duas motocicletas da ROCAM, que ficaram paradas ao lado direito do grupo, filmando todos a distância.



Documentação/fotografia realizada por integrantes da Missão da Baixada Santista

Imagem 12: Carros da Força Tática estacionados ao lado da ocorrência

O Sargento responsável pelo grupamento que portava câmeras corporais explicou que era oriundo do Guarujá e que havia sido convocado a atuar em Santos após as mortes, para acompanhar os velórios e enterros, pois havia receio de tumulto. Diferentemente dos demais praças presentes, o Sargento estava com sua câmera corporal no bolso do uniforme. Quando interpelado sobre a existência de protocolo que regulamenta o uso das COPs, disse que não fazia diferença, que o equipamento estava gravando “normalmente”.

4. Pedidos de informações e providências

É inadmissível que a sociedade brasileira e, especialmente, gestores da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo e integrantes do Sistema de Justiça considerem a morte, sobretudo de crianças e jovens, como um resultado aceitável da atuação das forças policiais.



Documentação/fotografia realizada por integrantes da Missão da Baixada Santista

Imagem 13: Momento do sepultamento do Ryan, criança de 04 anos, assassinada pela PMSP.

Dados da própria secretaria apontam que a polícia matou 496 pessoas de janeiro a setembro, número que supera os anos de 2021, 2022 e 2023 inteiros. O governo diz que "as mortes em decorrência de intervenção policial são resultado da reação de suspeitos à ação da polícia" e mortes como a de Ryan são "efeitos colaterais" das ações⁸.

Também é preocupante que o luto dos familiares e das pessoas deste território como um todo seja arbitrariamente violado. O caso ocorrido no velório e enterro do Ryan não é uma exceção e aponta que o ciclo da violência promovido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo se perpetua em outras complexas camadas, especialmente de disputa política sobre o luto, que também demandam atenção e investigação imediata.⁹

Este tem sido o resultado cada vez mais comum da atuação violenta e desmedida da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em bairros empobrecidos e periferias do estado e demanda atuação enérgica de controle da atividade policial, responsabilização do estado e seus agentes, bem como ações imediatas de proteção, acolhimento e reparação às vítimas e seus familiares.

8. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mais-de-4-mil-pessoas-foram-mortas-pela-policia-em-2023-aponta-pesquisa/>

9. A respeito da invasão de PMs em enterros e velórios em São Paulo, ver: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2024/10/22/policial-envolvido-em-agressao-durante-velorio-e-afastado-no-interior-de-sp.ghtml> Invasão em enterro e destruição de casas: <https://ponte.org/invasao-em-enterro-destruicao-de-casas-e-ameacas-contras-criancas-moradores-da-baixada-denunciam-a-pm-de-sp/> Polícia invade velório, atira e é rechaçada pelos sem-teto: <https://www.pstu.org.br/policia-invade-velorio-atira-e-e-rechacada-pelos-sem-teto/>

Considerando o exposto, a fim de garantir a preservação da vida e da integridade física e mental da comunidade residente na região da Baixada Santista, bem como a responsabilização do estado e seus agentes por eventuais violações de direitos humanos já ocorridas e a reparação das vítimas, apresentamos os seguintes pedidos de providências ao Ministério Público do Estado de São Paulo:

- a) Suspensão imediata das Operações Policiais no Morro do São Bento, sobretudo com a presença de forças especiais;
- b) Facilitar a família de Ryan o acesso justo, devido e efetivo ao processo legal, tendo em vista o acompanhamento dos danos materiais e imateriais; isso inclui: gastos com o funeral, tratamentos hospitalares, psicológicos, assim como os custos dos processos judiciais;
- c) Reconhecer as violações de direitos humanos ocorridas durante a operação e emitir um formal pedido público de desculpas, garantindo reparação integral às famílias das vítimas, incluindo restituição, indenização, reabilitação e medidas de não repetição;
- d) O Estado deve garantir **o direito ao luto, sem interferência de agentes do estado**, a reparação financeira coletiva dos danos causados pela operação policial nas favelas da Baixada Santista;
- e) Demandar da Secretaria de Segurança Pública que apresente o protocolo de abordagem e operação policial em localidades com alta concentração de crianças e adolescentes, como quadras, escolas, creches, hospitais ou postos de saúde;
 - Proibição da utilização de qualquer equipamento educacional ou de saúde como base operacional das polícias civil e militar, vedando-se, inclusive, o baseamento de recursos operacionais nas áreas de entrada e de saída desses estabelecimentos;
- f) Determinar a comunicação ao Ministério Público Estadual de qualquer intervenção policial nas comunidades da região da Baixada Santista, contendo os dados gerais e operacionais (como data, hora, unidade responsável e local, objetivo da operação policial, efetivo e armamento empregado, câmeras disponíveis) e posteriormente os resultados operacionais da ocorrência (apreensões, ocorrências, mortes, lesões, disparos efetuados, entre outros);
- g) Determinar transparência virtual dos protocolos operacionais das operações, incluindo-se os levantamentos orçamentários dos gastos públicos despendidos;
- h) Em atendimento às normativas internacionais, à decisão do caso Favela Nova Brasília e Caso Honorato/Castelinho da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que se requeira, de imediato, a realização de autópsia e vestígios, de forma independente e imparcial, nos termos dos padrões internacionais, nomeando, se possível, um perito-criminal do órgão para acompanhar a perícia técnica, garantindo-se uma perícia criminal independente e desvinculada das forças de segurança para apuração de crimes aqui citados e demais ocorridos na Baixada Santistas, decorrentes de intervenção por agentes policiais.

i) Solicitar que os laudos necroscópicos contenham fotos coloridas identificando o cadáver e suas lesões, bem como todas as fotografias coloridas tiradas durante a necropsia, independentemente de terem sido utilizadas no laudo;

j) Da mesma sorte, determinar medidas que garantam a preservação do local do crime;

k) Realizar diligências e a oitiva de testemunhas e familiares das vítimas e garantir proteção e amparo socioassistencial do Estado às testemunhas e familiares das vítimas, assegurando sua segurança contra represálias ou ameaças e facilitando seu acesso ao devido processo legal;

l) Garantir o acompanhamento assistencial e psicológico na rede pública com prioridade de atendimento para testemunhas, vítimas e seus familiares, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade econômica-social;

m) Demandar da Secretaria de Segurança Pública a apresentação de relatório da Comissão de Mitigação e Não Conformidades sobre a operação escudo, operação verão e a presente intercorrência policial, indicando suas conclusões sobre os procedimentos adotados nas ocorrências e recomendações e providências adotadas para mitigação de riscos;

n) Demandar à Corregedoria da Polícia Militar o afastamento temporário de sua função ostensiva os policiais envolvidos em intervenções que resultem em morte, até que se determine a conveniência e pertinência de sua reincorporação por parte do Comando, conforme estabelecido na sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos na ação que condenou o Brasil no caso Castelinho;

o) Solicitar dados de todas as câmeras corporais utilizadas e a preservação das imagens disponíveis de agentes que participaram das ações dos dias 05, 06 e 07 citadas no presente relatório, organizada por nome do policial, identificador das imagens, responsável pela verificação, bem como:

- Solicitar a cadeia de custódia das câmeras de todos os policiais envolvidos, abrangendo o dispositivo físico, informações coletadas, armazenamento, arquivamento, downloads e qualquer outra informação relevante para o resguardo das filmagens;
- Verificar a autenticidade dos arquivos das câmeras, incluindo a possibilidade de existência de edições nos vídeos;
- Solicitar a degravação das imagens, com descrição quadro a quadro, e caso não haja, requerer todos os arquivos de áudio das gravações;
- Em situações em que o material enviado for de baixa qualidade, demandar a regravação dos áudios relacionados às respectivas imagens; e
- Em caso de participação de policiais sem câmeras corporais, solicitar a justificativa, considerando atuação em local de alto índice de letalidade policial;
- Instaurar apuração sobre mau uso ou não utilização de câmeras corporais por parte de agentes policiais.

p) Demandar do Estado de São Paulo o uso de câmeras corporais em todas as operações policiais, em especial, na Baixada Santista;

q) Garantir o uso de câmeras corporais no 2º Batalhão de Polícia de Choque, no Comando de Operações

Especiais - 4º Batalhão de Choque, e no 2º BAEP de Santos, unidades frequentemente envolvidas em ações com resultado letal na região da baixada santista;

- r)** Demandar do Estado de São Paulo a elaboração de plano de redução da letalidade policial;
- s)** Designar canal de comunicação eficaz para a apresentação de denúncias contra operações policiais;
- t)** Que após a constatação desses abusos, apresente de maneira transparente à sociedade as providências que serão tomadas a respeito;
- u)** Obstar presença de policiais militares em velórios, sepultamentos ou cortejos fúnebres, privilegiando agentes de trânsito, caso necessário para a organização do trânsito.
- v)** Por fim, que, nos termos das Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em especial, do caso Favela Nova Brasília e Honorato, seja instaurado procedimento investigatório, no âmbito do Ministério Público, como órgão independente, composto por servidores alheios às Forças de Segurança do Estado de São Paulo, facultando o acompanhamento de vítimas e seus familiares e da sociedade civil, para investigar:
 - as mortes causadas pela intervenção policial, em procedimento individual para cada uma das mortes; e
 - a prática de abuso de autoridade e ameaça e intimidação à testemunhas praticadas nos dias 06 e 07 de novembro por policiais militares, garantindo às testemunhas e vítimas proteção integral.



III Relatório de
**Monitoramento
de Violação
de Direitos
Humanos na
Baixada Santista**
Desdobramentos
da “Operação
Escudo/Verão”

III Relatório de Monitoramento de Violação de Direitos Humanos na Baixada Santista Desdobramentos da “Operação Escudo/Verão”



Centro de Antropologia e Arqueologia Forense
CAAF|Unifesp
Pesquisa e formação em direitos humanos

